

ENTREVISTA COM SOLANGE PEREIRA DA ROCHA

INTERVIEW WITH SOLANGE PEREIRA DA ROCHA



Júlio Cláudio da Silva¹
Cláudia Maria de Farias²
Joceneide Cunha dos Santos³

Professora Solange Rocha⁴, desde já agradecemos sua disponibilidade e cuidado para nos ceder essa entrevista que será publicada no dossiê “Relações de gênero: temas, problemas e perspectivas”, na revista *Canoa do Tempo*, do PPGH-UFAM, organizado pelo professor Júlio Cláudio e pelas professoras Joceneide Cunha e Cláudia Farias.

Questões

Descreva a sua formação e percurso acadêmico.

Ao refletir sobre a minha profissão, muito cedo, por volta dos nove anos, decidi que gostaria de ser uma professora, o principal motivo ocorreu em razão da admiração pelas professoras do primário na escola da minha cidade de origem (Londrina/PR). Anos adiante, após ter iniciado a participação em movimento social negro, na década de 1980, mostrei interesse em estudar o campo das humanidades, como Ciências Sociais. Uma vez que havia formação política na organização em que participava (GRUCON), passei a considerar crucial pesquisas

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor associado nível - A da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. E-mail: jusilva@uea.edu.br.

² Professora do curso de graduação em História da UEA, realizando estágio pós-doutoral no PPGH-UFAM. E-mail: cmdfarias@yahoo.com.br.

³ Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas negras (PPGEAFIN) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia.

⁴ Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História/PPGH na Universidade Federal da Paraíba/UFPB.



que, além da questão de classe, considerassem a centralidade das relações raciais para uma melhor compreensão do Brasil. De fato, cursei dois anos o tal curso: o primeiro, na Universidade Estadual de Londrina/PR; o segundo, na Universidade Federal de Campinas/Unicamp.

Por motivos familiares, realizei mais uma migração interna, em 1989, para João Pessoa/PB. Assim, na terceira universidade, ainda durante a graduação, fiz a opção por História e a mantive ao longo do tempo, finalizando a minha formação universitária na Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Fiz mestrado (2001) e doutorado (2007), ambos na Universidade Federal de Pernambuco, em programas de pós-graduação dessa área do conhecimento.

Durante a minha formação no curso de História, na UFPB, encontrei um ambiente propício para desenvolver minhas capacidades intelectuais, a partir da participação em projetos de iniciação científica e em debates em grupos de pesquisa com professoras, o que me possibilitou a formação para exercer a função como docente e também para desenvolver pesquisas. Aliada à minha capacitação e à preparação para o mundo do trabalho, mantinha minha participação em movimentos sociais, sobretudo, os mistos, sendo que, por volta dos anos de 1997/98, passei a integrar organizações de mulheres negras, e, cada vez mais, o debate, em tais espaços de formação informal, levou-me a pesquisar a história das mulheres escravizadas, cujo trabalho de mestrado foi defendido em 2001. Nas pesquisas posteriores, tanto no doutorado quanto em projetos desenvolvidos como docente na UFPB, mulheres negras sempre estiveram presentes nas minhas reflexões históricas. Sempre me identifico com uma Pesquisadora-Ativista, posto que a minha prática profissional tem sido fortemente marcada pelo debate e pela interlocução com os movimentos sociais.

No momento em que você ganhou o prêmio de melhor tese pela ANPUH em 2009, na ocasião você demarcou a importância do movimento negro. Você pode abordar a importância do movimento negro e o de mulheres na sua formação?

Exatamente. Na minha perspectiva, a geração de movimentos negros da qual participei, desde os anos 1980, defendia/defendo a escolarização formal como instrumento de luta para transformar a sociedade. E, de fato, como mulher negra, pobre, periférica, inserida num mundo patriarcal, muito cedo percebi que a educação seria um dos poucos caminhos para ultrapassar, minimamente, o



círculo de pobreza e das desigualdades das mulheres da minha família e de muitas outras do Brasil.

Como o Movimento Negro Brasileiro tem um papel central na formação de diferentes gerações de intelectuais negros, foi nesse espaço de estudos e de debates que aprendemos a ter alguma compreensão de mundo, da operacionalidade do racismo brasileiro, pois, durante minha Educação Básica, não houve nem conteúdos sobre racismo, nem sobre relações raciais. O que me lembro, desse período, era a abordagem sobre a escravização de negros, exposta sem problematizações. Enfim, havia ausência de representatividade histórica positiva na educação formal, entretanto, felizmente, o movimento social negro acabou por ser “educador” e me apresentar possibilidades de subverter a ordem da naturalização da pobreza de mulheres negras no Brasil. A História, como campo de conhecimento, me mostrou, por sua vez, a importância de conhecermos as histórias da população, não só de violências, do trabalho escravo, mas também da resistência de minhas/meus antepassadas/os.

Você pesquisou mulheres escravizadas e libertas no século XIX, agora quais são os outros campos do feminino que tem buscado nas suas pesquisas?

Atualmente, estou desenvolvendo uma pesquisa sobre a sociedade escravista oitocentista de uma cidade da Paraíba, Mamanguape, que teve uma certa importância socioeconômica, no século XIX, como parte do sistema agroexportador, e deteve uma economia de subsistência. Será uma oportunidade para reexaminar a historiografia dos campos social e político em diálogo com outras áreas do conhecimento. Além de problematizar as relações de classe e de gênero, as sexualidades e, ainda, compreender as maneiras de ser e de agir de variados sujeitos sociais, são abordadas as contradições, as acomodações e os conflitos entre os grupos subalternizados e destes com as elites, a partir de seus próprios termos e de suas experiências históricas. No caso do espaço de pesquisa, o que tem me estimulado é analisar as relações sociais entre pessoas negras e a população indígena no século XIX, afinal, Mamanguape é um território ancestral dos povos potiguaras que, por resistirem ao processo de colonização colonial, mantêm suas moradas e suas culturas até a atualidade na mesma região. Enfrentam, porém, lutas do tempo presente, como conquista da posse de suas terras.



Outrossim, diferentes perspectivas epistemológicas, como a decolonial, poderão favorecer a confrontação do racismo epistêmico, assim como revigorar a construção de narrativas históricas insurgentes sobre/com os sujeitos subalternizados, podendo amplificar um conhecimento contra-hegemônico em relação ao paradigma eurocêntrico, que é considerado como universal desde a formação do sistema-mundo capitalista e ainda permanece na formação acadêmica brasileira, não sendo diferente no campo da história. Em particular, da história social das mulheres e relações de gênero que desafiam e confrontam, cada vez mais, as epistemologias dominantes, elaborando e divulgando novas narrativas, marcadas tanto pela centralidade dos femininos quanto pelas suas relações sociais, incluindo as complexidades e contradições históricas.

Além da pesquisa, atualmente, tenho me voltado para o campo do Ensino de História e mídias sociais e mantenho ações acadêmicas de divulgação para a democratização da ciência. Nesse último caso, integro a equipe Blog das Independências, uma parceria da ANPUH-Brasil com a Revista *Almanack* e da Sociedade de Estudos Oitocentos/SEO, com o propósito, de um lado, de promover reflexões de historiadoras e historiadores acerca dos 200 anos da Independência do Brasil, expondo os variados projetos de nação e a diversidade de sujeitos sociais que participaram destes processos e outros assuntos, com o objetivo de produzir textos curtos para um público amplo, não acadêmico.

Quais os avanços teóricos e/ou metodológicos tem observado nas pesquisas nesse campo?

Os campos da História Social e da História Cultural em interlocução com outras áreas de conhecimento são responsáveis por revigorar pesquisas sobre sujeitos sociais subalternizados. Nesse sentido, percebem-se pesquisas recentes com inovações temáticas e em relação às abordagens. Em se tratando das mulheres negras, são inúmeras as novas temáticas sobre as suas vidas. Destacando somente o período oitocentista, para além de temas clássicos (trabalho, violência, religiosidades, resistências), posso mencionar que, em pesquisas mais recentes, há um “olhar microscópio” sobre as mulheres negras que busca estudar temas como vestimentas, maternidade e/ou maternância, doenças, sexualidades, representações imagéticas, dentre muitos outros.



No meu prisma, ainda há que avançarmos em pesquisas que incorporem mais densamente as relações de gênero nas análises, principalmente, nos períodos colonial e imperial da história do Brasil, confrontando as vinculações hierárquicas e as subversões possíveis com o sistema patriarcal e escravista. Além disso, a categoria gênero pode reorientar pesquisas para refletir acerca das relações sociais em sociedade escravista, mostrando experiências históricas silenciadas, descrevendo-as e interpretando-as. Nesse sentido, em se tratando de sociedade escravista, destaco que, para além da incorporação da categoria de gênero (feminino e masculino), da condição social (escravizada/o, liberta/o e livre) e das classes sociais (elites, camadas médias, pobres), há possibilidades de estudos que ampliem a historicidade das mulheres negras, incluindo suas subjetividades, seus enfrentamentos nas relações de poder, considerando os limites impostos pelas circunstâncias históricas de suas épocas e desenvolver condições acadêmicas e sociais para alastrar o “Pensamento Feminista Negro” como ressaltado por Patrícia Hill Collins (2019): ainda há “muito a aprender uma com as outras” [...], aplicar em estudos os “sistemas interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade que se informam mutuamente em nossas respectivas configurações” sociais.

Por fim, entre vários, cito apenas um artigo científico recente no campo da história, que avança nas discussões dos feminismos negros, tendo como sujeitas de análises as intelectuais negras (do Brasil e dos Estados Unidos) é o de Ana M. Veiga/UFPB (“Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates”, revista *Tempo & Argumento*, 2020), que, na minha opinião, é uma leitura elucidativa com potencial de elucubrar uma epistemologia feminista negra, colaborando para minorar o apagamento e silenciamento histórico do feminino.

OS NEABI'S já são uma realidade em todas as IF's, como tem percebido a atuação deles? E quais são as mudanças colocadas na atual conjuntura?

Tratar dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros/NEABs e correlatos, para mim, é bastante prazeroso, pois, de um lado, relembro minha participação no Primeiro Congresso de Pesquisadores/as Negros/as, realizado na Universidade Federal de Pernambuco, em novembro de 2000, quando eu cursava o Mestrado na mesma instituição de ensino e, posteriormente, foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as/ABPN; de outro, mostra o



quão profícua é essa instituição que, no campo das disputas no espaço acadêmico, tem transformado as instituições universitárias brasileiras, tanto no tocante ao perfil de estudantes, quanto a mudanças curriculares e divulgação da produção acadêmica, procurando sempre manter a interlocução com os movimentos sociopolíticos. De forma resumida, essa participação foi emblemática em minha vida profissional, pois, como negra, mulher, periférica, migrante, mãe e mestranda, estava participando de um congresso organizado por intelectuais negros/as que desenvolveu em mim um sentimento de identidade como intelectual engajada nas lutas antirracistas, nas de gênero e nas de classe, ou seja, como apreendi com as leituras de Clóvis Moura (1925-2003), compromissada com a *práxis*.

Após mais de duas décadas, a ABPN é uma associação com um importante e consolidado periódico científico multidisciplinar (Revista da ABPN); a qual está em permanente diálogo com os movimentos sociais e profissionais da Educação Básica, assim como está periodicamente em congressos regionais e nacional (em setembro de 2022, está previsto a realização do XII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros, organizado por uma rede de universidades de Pernambuco – UFRPE, UFPE, UPE, Unicamp, Institutos Federais) e em diálogos internacionais com intelectuais de vários continentes. Saliento ainda que a utilização das mídias sociais da mencionada associação oportuniza a participação ampla e a divulgação de suas variadas atividades.

Na perspectiva pessoal, na ocasião do Primeiro Congresso referido, apresentei uma comunicação oral sobre Gertrudes Maria (crioula), uma libertanda sob condição, que, na década de 1820, litigou na justiça por sua liberdade parcial na então cidade da Paraíba. Passados mais de duas décadas, continuo a contar e a divulgar a história de Gertrudes Maria que se tornou verbete (Enciclopédia Negra, organização Flávio dos S. Gomes, Jaime Lauriano e Lília Schwarcz, 2021) e está prevista para constar no Dicionário das Mulheres da Paraíba (2022). Essa personagem histórica, por mim estudada (e outras pesquisadoras/es), ganhou notoriedade, passando a nomear uma escola de educação infantil de João Pessoa/PB; além disso, sempre tem sido lembrada/homenageada pelo Movimento de Mulheres da Paraíba; já foi mencionada por coletiva de estudantes universitárias na Universidade Federal da Paraíba/UFPB e, mais recentemente, abriu o *Podcast* Paraibanas (2020). Da



mesma maneira, continuo a divulgar sua trajetória e protagonismo histórico em cursos de formação docente (inicial e continuada), nas mídias sociais alternativa e hegemônica, com artigos de divulgação científica, entrevistas, participação em *podcasts*, entre outras formas de difusão.

Como docente da UFPB, no ano de 2011, fiz parte da Comissão que fundou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas/NEABI, que, desde então, busca “sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, saberes e fazeres que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações; ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil e, em particular, na Paraíba” (Resolução do NEABI/UFPB, 2012), com realização de diversas atividades acadêmico-políticas que apresentam resultados em relatórios e, sobretudo, em publicações coletivas resultantes de projetos de extensão, ensino e pesquisa, como Cadernos Afro-Paraibanos, Coleção Afro-Paraibana e na coluna mensal *online* História Pública e Narrativas Afro-Atlânticas (desde 2019), no jornal *Brasil de Fato – PB*, visando à divulgação científica. Ademais, o NEABI/UFPB atua em rede a partir das demandas locais dos vários segmentos sociais que defendem políticas por igualdade e equidade sociorracial e desenvolve projetos em escolas públicas, a exemplo do Programa Afrocientistas com apoio da ABPN, cujo propósito é incentivar a formação de estudantes negros/as do ensino médio, com a participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológicas.

Enfim, torna-se, portanto, revigorante a prática profissional vinculada a uma comunidade científica de intelectuais negras/os e com aliadas/os com perspectiva antirracista, como a ABPN. Afinal, os enfrentamentos políticos, no espaço acadêmico, para ampliação de direitos sociais para a população negra, estão apenas no seu início. São muitos os desafios, a exemplo o de garantir e ampliar as políticas de “ações afirmativas” após uma década da aprovação federal da Lei 12.711/2012, em contexto de retrocessos sociais e de manutenção das desigualdades sociorraciais persistentes, como a manutenção de privilégios da branquitude e, em geral, a falta de políticas específicas para permanência de estudantes nos cursos de graduação. Não obstante isso, especialistas do tema, incluindo pesquisadoras/es da ABPN, têm se debruçado sobre essa questão e



avaliando, a cada ano, a complexidade e as dificuldades de superar o elitismo na educação brasileira.

Em qual medida você vê avanços nas reivindicações do movimento negro em termos de uma universidade mais plural?

Como comentei anteriormente, ao abordar a questão das ditas políticas de “ações afirmativas”, estamos apenas no começo de reformas na educação universitária no Brasil, para avançarmos para um sistema educacional menos injusto.

Apesar da atual conjuntura, com um executivo federal (2019-2022) ocupado por grupos reacionários, moralizantes e ameaçadores da (frágil) democracia brasileira, opondo-se às demandas de reconhecimento das diversidades e da importância de políticas de inclusão social, o que tem aprofundado as assimetrias sociorraciais e de gênero, podemos vislumbrar algumas conquistas nas instituições universitárias brasileiras. Para elucidar, menciono o caso da UFPB, onde atuo profissionalmente, onde houve mudanças curriculares, com a obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-Raciais/ERER, em todos os cursos da instituição (técnicos, graduação presencial e a distância), conforme resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovada em 2015.

Em se tratando do curso de História na mesma universidade, o currículo foi reformulado em 2020, com alguns avanços, como a inserção de novos componentes curriculares obrigatórios, a exemplo de ERER, História dos Povos Indígenas nas Américas. Em relação à História da África, manteve-se uma “cadeira” como obrigatória e o compromisso, conforme consta no Projeto Pedagógico de Curso de História/PPC, de “transversalizar” a história do continente africano em todas as ementas disciplinares.

Registro ainda que, a partir de uma iniciativa do NEABI/UFPB, no curso de Pós-Graduação em História/PPGH/UFPB, uma “disciplina” eletiva sobre o Pensamento Intelectual Afrodiaspórico, ministrado em formato de módulos por docentes de áreas diversas (Humanidades e Ciências Naturais), atualmente, foi incorporada, recentemente, à grade curricular do PPGH/UFPB como História Social: Narrativas De(s)coloniais, em cuja ementa consta o debate e a produção de conhecimento sobre gênero e feminismos negros, com o propósito de ampliar



o escopo dos estudos de pós-graduação, inserindo tais marcadores sociais, cruciais para a ampliação de pesquisas que deem visibilidade a uma sociedade plural e variada, assim como de aprofundar a formação de potenciais docentes. Em experiência no ano passado (2021), como ministrante desse componente curricular em formato digital, em parceria com minha colega Ana Veiga, tivemos a participação de estudantes de pós-graduação de várias regiões do Brasil. Dando mostra da potencialidade e do interesse por parte da nova geração acerca de temática de grupos subalternizados ainda com pouca visibilidade histórica.

Tais mudanças, sem dúvida, resultam do “Movimento Negro Educador” (Nilma Gomes, 2017) e de Mulheres Negras que, por décadas, têm atuado na defesa da descolonização de conhecimentos e do reconhecimento de variados saberes construídos nas lutas cotidianas contra as opressões. Gomes (2017) nos instiga, enfim, a persistir na defesa de uma outra sociedade, cuja educação formal e informal possam ser um caminho para renovar nossa resiliência em sistema de capitalismo neoliberal e de extremas iniquidades sociorraciais, para a construção de uma sociedade republicana menos injusta.

Em qual medida as demandas do movimento negro, bem como também o de mulheres alteraram a(s) epistemologias na universidade?

Como sabemos, mudanças no campo de conhecimentos resultam de longos processos de tensionamento do sistema de privilégios como o da branquitude brasileira. Em se tratando de produção de estudos elaborados por intelectuais negros e negras, há que se destacar o aumento da produção científicas e tecnológicas com novas abordagens e temas presentes tanto em formação recente de grupos específicos, que destacam a pertença profissional e racial (Rede de Historiadores Negros), quanto a formação de Grupos de Trabalho/GTs em associações profissionais, como a Associação Nacional de História/ANPUH-Brasil (fundada em 1961), como o da África e o Emancipação e Pós-Abolição. Estes grupos têm publicizado inúmeros resultados de estudos e de pesquisas de estudiosas/os em diferentes níveis de formação, aliando em suas práticas a divulgação científica pelas mídias sociais, o que, na minha opinião, estimula não só o interesse pela História, mas o aprofundamento de temas, contrapondo-se à hegemonia da ciência colonial da modernidade, amplificando, assim, as vozes subalternizadas nas pesquisas e, quiçá, essas narrativas possam chegar na



Educação Básica. Talvez, esse seja o nosso maior desafio como pesquisadoras, ou seja, formar docentes/pesquisadores com capacidade de realizar a transposição didática, assim como a de realizar divulgação da produção acadêmica para um público ampliado.

Como você percebe a articulação do movimento negro com o de mulheres no Nordeste? Como analisa a participação desses movimentos na Marcha de Mulheres Negras em 2015, e ainda no fórum de ativistas em Salvador em 2018?

Nas últimas duas décadas, a articulação de movimentos sociais negros e o de mulheres de variados grupos raciais foi responsável por mudanças significativas na inclusão desses sujeitos sociais na cena pública, tanto em algumas políticas públicas específicas, quanto em outras universais (História da África e da Cultura Afro-Brasileira, Lei 10.629/2003), bem como contribuiu para a ampliação de marcos políticos para debater as nossas demandas sociais.

Nesse sentido, menciono o 25 de julho, data em referência ao Dia Internacional das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, que, aqui, na Paraíba, desde 1998, começou a ser uma “bandeira” de luta para lembrar, para demandar políticas públicas e para celebrar a nossa ancestralidade africana feminina. No ano em curso, será realizada a “24ª Edição do 25 de julho” (tendo como eixo de debate “Mulheres Negras no poder, construindo o Bem Viver”). A designação, salientando a data, o 25 de julho, foi uma estratégia política das organizações de mulheres negras na Paraíba, por necessidade de demarcar o ato político, instituindo uma referência às lutas históricas das mulheres negras, simbolicamente representadas pelo “Primeiro Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas”, realizado em São Domingos (República Dominicana), no ano de debates sobre os 500 anos da ocupação/invasão das Américas, em 1992.

Atualmente, na Paraíba, o 25 de julho integra uma agenda política mais ampla com a participação de outras organizações brasileiras, tanto com a inclusão do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra” (Lei Federal nº 12.987/2014, sancionada na gestão da então presidenta Dilma Rousseff – 2011-2016); quanto com a incorporação do “Julho das Pretas” no Nordeste (atualmente na 10ª edição e uma iniciativa de Odara: Instituto da Mulher Negra/Salvador/Bahia, em 2013). Após a Marcha das Mulheres Negras (2015),



esse marco político da luta afrofeminista se espalhou por inúmeras cidades brasileiras, envolvendo a realização de inúmeras ações políticas.

Enfim, o mês de julho se tornou um período de intensos debates e ações políticas pelo país. Mas, em especial, quero destacar que, para além da agenda política dos movimentos de mulheres negras, esse marco político tem sido incorporado pelo poder público (instituições de ensino, secretarias de estado e de municípios, entre outras instituições) e pela sociedade civil organizada (sindicatos, movimentos sociais em geral etc.) com realização de reflexões críticas sobre as desigualdades de gênero, de raça, de classe, de sexualidades, de religiosidades e de outros marcadores sociais e identitários, mostrando a diversidade social das mulheres negras. Afinal, 54% da população da América Latina e do Caribe somam mais de 200 milhões de pessoas negras, de um total de cerca de 925 milhões de indivíduos de 33 países da região mencionada. No entanto, infaustamente, somos a maioria entre os mais pobres, resultado das injustiças históricas de exclusão socioeconômica e racial e de persistência do patriarcado, entre outras reatualizações de opressões que mantêm e aprofundam as disparidades sociais. Nesse contexto, destaco que as mulheres negras continuam como as mais vulneráveis socialmente e as mais preteridas, tanto no mundo do trabalho, quanto nas relações de afetivas. Em relatório recente da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/Organização das Nações Unidas/CEPAL/ONU, com a pandemia da Covid-19, houve a acentuação da pobreza, da insegurança alimentar e ambientais, assim, em 2021, o percentual de pessoas vivendo em extrema pobreza era de 12,5%, e, em situação de pobreza, 33,7%. No Nordeste, mulheres e pobres (cerca de 63%) continuam a ser responsáveis pela chefia de famílias negras e pobres. Outrossim, a insegurança alimentar atinge mais de 12 milhões de pessoas. Os dados para superação dessas iniquidades históricas e estruturais não são promissores, pois vicejam políticas neoliberais sob o comando de governo de extrema direita que “administra” o país de acordo com práticas históricas demarcadas pela necropolítica e de crescente e contínuo desmonte de programas e políticas públicas, assim como opositora aos direitos humanos de segmentos historicamente excluídos.

Há, porém, que se acrescentar o reconhecimento da nossa resiliência, a admissão de que os “nossos passos vêm de longe”; lembrando mulheres que assumiram não heroicamente, mas, com coragem, os desafios em contextos do



escravismo, elitismo e patriarcalismo, como o agir político de Maria de Lurdes Vale Nascimento, que participou ativamente de organizações negras em defesa das reivindicações das mulheres negras na Frente Negra Brasileira e no Teatro Experimental do Negro; de Beatriz Nascimento, que construiu estratégias políticas com base na experiência dos quilombos, marca maior da resistência da gente negra na diáspora nas Américas, num convite permanente ao aquilombamento em oposição às injustiças e ao silenciamento do protagonismo histórico; de Lélia Gonzalez, que nos alertou acerca do “liberalismo paternalista da esquerda” que secundariza a questão racial, diluindo-a na clássica luta de classes; que chama também nossa atenção para nossas origens – “amefricanidade”, como uma construção identitária –, nos interligando com a América e com a África, assim como fortalece nossas subjetividades individuais e coletivas, entre muitas outras.

Não tenho dúvida, que a Marcha das Mulheres Negras Brasileiras em Brasília/MMNB, impulsionou a visibilidade política desse sujeito de direitos – as mulheres negras. Em 2015, um ano significativo politicamente para o Movimento de Mulheres Negras Brasileiras, com sua ampla diversidade, após mais de três anos de processo organizativo, aconteceu a “Marcha”, consolidando um marco político, o potente e celebrado “Mês de Zumbi dos Palmares e de Dandara”. Organizações feministas e de mulheres negras de todas as regiões do Brasil protagonizaram inúmeras ações políticas, cujas diretrizes foram construídas com esforços coletivos, centradas em sua/nossa visibilidade social e político – *Marcha das Mulheres Negras* –, em denúncias e em reivindicações de mais políticas de Estado – *contra o racismo, contra a violência e pelo bem viver*. Essa é uma proposta utópica, considerando a força do capitalismo neoliberal, mas propõe rupturas e reformas nas estruturas e a construção de uma sociedade para a libertação plena das mulheres, tendo como base a justiça social, a democracia popular e relações raciais e de gênero mais solidárias e sustentáveis.

Essa utopia tem mantido e potencializado as lutas das mulheres, em tempos de retrocessos sociais e políticos, em tempos de pandemia da Covid-19, quando tem se dado o aprofundamento de injustiças sociais. Nesse contexto, em 2018, no Fórum Social, em Salvador, marcado por forte presença de pessoas negras, foi levada uma mensagem de luta o direito à vida negras/“vidas negras importam”, bem como foi prestada uma homenagem à Marielle Franco



(vereadora do RJ, assassinada em março daquele ano) e tem sido nos últimos quase quatro anos (2019-2022).

O próprio lema da Marcha das Mulheres Negras está presente nas agendas políticas, o Bem Viver. Assim, em meio a avanços e recuos, sabemos, como afirmado por Angela Davis (2016), que a nossa luta é por um “tempo indeterminado, que não vamos resolver esse problema nem hoje nem amanhã”. Todavia, a experiência vivida de luta pode estimular nossas ações políticas para transformar as *utopias* em realidade, numa sociedade plural, inclusiva e menos opressiva.

Segundo os dados da Datafolha publicados na Folha de São Paulo em 2020, a maioria dos evangélicos é de mulheres negras, com uma pauta conservadora, moral, associada a um discurso neoliberal. Como isso tem impactado a implantação de políticas públicas, o movimento de mulheres negras e o movimento negro? E os movimentos têm pensado estratégias para dialogar com essas mulheres?

Em relação às questões referentes às mulheres negras e ao tema da religião cristã evangélica, posso avançar escassamente. Como sabemos as religiosas neopentecostais exercem, atualmente, uma forte influência na política partidária e na sociedade brasileira, ocupando espaços variados em cargos políticos eletivos e de confiança por todas as esferas de poder (federal, estadual e municipal). Somam cerca de 60% de mulheres, crianças e homens negros como evangélicos.

Entretanto, como não disponho de estudos ou pesquisas aprofundadas sobre essa temática, a minha escolha é expor uma vertente pouco conhecida e não hegemônica da comunidade evangélica brasileira. Trata-se da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (fundada em 2016) que, frequentemente, posiciona-se socialmente contra a política e a prática da extrema direita brasileira. Inclusive, algumas e alguns de suas/seus integrantes compõem o Movimento Negro Evangélico no Brasil que, apesar de suas contradições, partem de princípios da luta antirracista para afirmação de sua pertença racial negra e de suas ações contra o racismo. Por exemplo, atuam em atividade em defesa da valorização das vidas negras – movimento transnacional “vidas negras importam”/*Black Lives Matter* – no contexto recente das práticas genocidas de pessoas negras, nacional e internacionalmente.



De concreto, aqui na Paraíba, dispomos de aliadas/os da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, e têm sido muito importantes os posicionamentos sociais, sobretudo, de mulheres negras, algumas teólogas, missionárias, que se colocam ao lado dos Direitos Humanos da População Negra, adotando, em vários momentos, a Educação Popular para suas práticas políticas, estando presentes ativamente na luta feministas, antirracistas e em defesa de direitos sociais.

No mais, agradeço a oportunidade das organizadoras e do organizador para expor fragmentos da minha trajetória social e profissional na **Revista Canoa do Tempo**, vinculada ao PPGH-UFAM, no dossiê “Relações de gênero: temas, problemas e perspectivas”, cuja proposta nos faz vislumbrar um periódico com um potencial para mais estudos no campo da História, sobre o qual, nas minhas convicções profissionais, é um espaço estratégico e proficiente para transformar pessoas e, esperamos, suas mentes e práticas sociais.

Nesse sentido, finalizo com as reflexões e estímulo de um pensamento crítico, na pesquisa e no ensino, como base na inspiradora bell hooks (2013), no qual ela pondera que a “Academia” pode ser um “campo de possibilidade, [pois] temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós a abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação com prática da liberdade”.

Data de submissão: 19/09/2022

Data de aceite: 24/11/2022

